

# Amazôncias brasileira e peruana: entre a luta pela terra e a questão ambiental (1960-2020)

**Vanderlei Vazelesk Ribeiro\***

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

*“Aqui não tinha nada! Só tinha mato e índio!”*  
Citação comum de muitos que participaram dos  
projetos de colonização  
(Mato Grosso e Rondônia)

## Resumo

Neste trabalho propomos um estudo comparativo entre os processos de colonização realizados nas amazôncias brasileira e peruana, a partir dos anos 1960 e seus desdobramentos. Em ambos os países temos a noção desenvolvidas por elites regionais e nacionais, de que havia vazios demográficos a preencher e era necessário ocupá-los, fosse com capitais nacionais ou mesmo estrangeiros. O “Integrar para não intregar” do Brasil ou a “Conquista do Peru pelos peruanos” intensificaram-se a partir da ascensão dos respectivos regimes militares em 1964 (Brasil) e 1968 (Peru). Discutiremos os projetos de colonização, a luta entre colonos e grileiros para o caso brasileiro e a reemergência das questões de luta pela terra indígena em ambas as sociedades. Outrossim, analisa-se o florescer dos temas ambientais, posto que os conflitos por territórios nos dois países vinculam-se fortemente à noção que populações locais esboçam da defesa da natureza, enquanto possibilidade de manutenção de suas condições de vida.

**Palavras-chave:** Amazônia; colonização; reforma agrária; Brasil; Peru.

## La Amazonia brasileña y peruana: entre la lucha por la tierra y la cuestión ambiental (1960-2020)

## Resumen

En este trabajo proponemos un estudio comparativo de los procesos de colonización llevados a cabo en la Amazonia brasileña y peruana a partir de la década de 1960 y sus consecuencias. En ambos países tenemos la noción, desarrollada por las élites regionales y nacionales, de que había vacíos demográficos que llenar y que era necesario ocuparlos, ya fuera con capital nacional o incluso extranjero. El «Integrar para no integrar» de Brasil o la «Conquista del Perú por los peruanos» se intensificaron con el ascenso de los respectivos regímenes militares en 1964 (Brasil) y 1968 (Perú). Discutiremos los proyectos de colonización, la lucha entre colonos y acaparadores de tierras en el caso brasileño y el resurgimiento de los problemas de la lucha por la tierra indígena en ambas sociedades. Además, analizaremos la emergencia de cuestiones ambientales, dado

\* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e Professor de História da América da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especializado em questões rurais na América Latina. Esse trabalho foi originalmente apresentado ao *Primer Congreso Latino Americano de Historia Rural*, promovido pela Asociación Latino Americano de Historia Rural, realizado no colegio de México, entre 24 e 27 de junho de 2024. E-mail: [vvazelesk@gmail.com](mailto:vvazelesk@gmail.com). <http://lattes.cnpq.br/1426374030951610>.  
<https://orcid.org/0009-0000-8844-4201>

Recebido em 21 de setembro de 2024 e aprovado para publicação em 9 de fevereiro de 2025.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

que los conflictos por los territorios en ambos países están fuertemente ligados a la noción que las poblaciones locales esbozan de defender la naturaleza como posibilidad de mantener sus condiciones de vida.

**Palabras clave:** Amazonia; colonización; reforma agraria; Brasil, Perú.

## The Brazilian and Peruvian Amazons: between the struggle for land and the environmental issue (1960-2020)

### Abstract

In this paper we propose a comparative study of the colonization processes carried out in the Brazilian and Peruvian Amazon from the 1960s onwards and their consequences. In both countries we have the notion, developed by regional and national elites, that there were demographic voids to fill and that it was necessary to occupy them, whether with national or even foreign capital. Brazil's "Integrate so as not to integrate" or the "Conquest of Peru by the Peruvians" intensified with the rise of the respective military regimes in 1964 (Brazil) and 1968 (Peru). We will discuss the colonization projects, the struggle between settlers and land grabbers in the Brazilian case and the re-emergence of indigenous land struggle issues in both societies. In addition, we will analyze the emergence of environmental issues, since the conflicts over territories in both countries are strongly linked to the notion that local populations outline of defending nature as a possibility for maintaining their living conditions.

**Keywords:** Amazon; colonization; agrarian reform; Brazil; Peru.

## Amazonie brésilienne et péruvienne : entre lutte pour la terre et enjeu environnemental (1960-2020)

### Résumé

Dans cet article, nous proposons une étude comparative des processus de colonisation menés en Amazonie brésilienne et péruvienne à partir des années 1960 et de leurs conséquences. Dans les deux pays, on retrouve l'idée, développée par les élites régionales et nationales, qu'il y avait des vides démographiques à combler et qu'il fallait les occuper, que ce soit avec des capitaux nationaux ou même étrangers. Le « Intégrer pour ne pas intégrer » du Brésil ou la « Conquête du Pérou par les Péruviens » se sont intensifiés avec l'avènement des régimes militaires respectifs en 1964 (Brésil) et 1968 (Pérou). Nous discuterons des projets de colonisation, de la lutte entre les colons et les accapareurs de terres dans le cas brésilien et de la réapparition des questions de lutte pour les terres indigènes dans les deux sociétés. En outre, nous analyserons l'émergence des questions environnementales, étant donné que les conflits territoriaux dans les deux pays sont fortement liés à l'idée que les populations locales se font de la défense de la nature comme moyen de maintenir leurs conditions de vie.

**Mots-clés :** Amazonie ; colonisation ; réforme agraire ; Brésil ; Pérou.

## 巴西和秘鲁的亚马逊森林：土地争夺与环境问题之间（1960-2020）

### 摘要

本项研究中，我们对 20 世纪 60 年代以来在巴西和秘鲁亚马逊地区进行的殖民运动及其后果进行比较研究。在巴西和秘鲁这两个国家，统治精英们都认为，在发展主义经济和政治模式下，亚马逊地区存在的人口空白需要填补，而且非常有必要填补这些空白，无论是用本国资本还是外国资本。随着1964年(巴西)和1968年(秘鲁)各自军事政权的崛起，巴西的“整合运动”或“秘鲁人征服秘鲁”的内向殖民进程日益加剧。在巴西的亚马逊殖民项目中，土著人，新老定居者之间的土地掠夺日益加剧，在秘鲁社会，重新出现了针对土著人的土地斗争问题。本文还分析了两国的领土冲突与日益严重的环境问题。文章认为，亚马逊地区土著居民将保护自然作为维持其生活条件的必须手段，因此，保护土著权益也是保护环境的重要部分。

**关键词：**亚马逊；殖民化；土地改革；巴西；秘鲁

## Brasilianisches und peruanisches Amazonien: zwischen dem Kampf um Land und der Umweltproblematik (1960-2020)

### Zusammenfassung

In diesem Beitrag schlagen wir eine vergleichende Studie über die Kolonisierungsprozesse im brasilianischen und peruanischen Amazonasgebiet ab den 1960er Jahren und ihre Folgen vor. In beiden Ländern wurde von den regionalen und nationalen Eliten die Vorstellung entwickelt, dass es demografische Lücken zu füllen gäbe und dass es notwendig sei, diese zu besetzen, sei es mit nationalem oder sogar ausländischem Kapital. Das brasilianische „Integrieren, um nicht zu integrieren“ oder die „Eroberung Perus durch die Peruaner“ verstärkte sich mit dem Aufstieg der jeweiligen Militärregime 1964 (Brasilien) und 1968 (Peru). Wir werden die Kolonisierungsprojekte, den Kampf zwischen Siedlern und Landnehmern im brasilianischen Fall und das Wiederauftauchen von Fragen des indigenen Landkampfes in beiden Gesellschaften diskutieren. Darüber hinaus werden wir das Aufkommen von Umweltfragen analysieren, da die Konflikte um Territorien in beiden Ländern eng mit der Vorstellung verbunden sind, dass die lokale Bevölkerung die Natur als eine Möglichkeit zur Erhaltung ihrer Lebensbedingungen verteidigt.

**Schlüsselwörter:** : Amazonas, Kolonisierung, Agrarreform, Brasilien, Peru.

### Introdução

Em fevereiro de 1959 era inaugurada a rodovia Belém-Brasília. A estrada que ligava por terra um dos mais antigos pontos de entrada na Amazônia desde o período colonial à nova capital do país, ainda em construção, representava dois símbolos: aprovava o avanço do país para o interior e ampliava a conexão por via terrestre entre suas diversas regiões. Já havia antecedentes: em 1937 Getúlio Vargas anunciara a Marcha para O Oeste, com objetivo de colonizar pontos como Goiás, (a nova capital do estado, Goiânia, estava em pleno desenvolvimento), Mato Grosso (seu imenso norte), Amazonas, Rondônia e mesmo o Oeste do Paraná. A marcha não significaria tanto a ocupação com pequenos proprietários, mas ampliou a presença federal nas zonas de fronteira, através da Fundação Brasil Central, autarquia destinada a promover a colonização no Centro-Oeste. A ideia de um centro-oeste e uma Amazônia a povoar teria desdobramentos durante o regime empresarial-militar, instalado a partir de 1964, sendo seu maior símbolo o lançamento da pedra fundamental da rodovia Transamazônica, com a presença do presidente Emílio Médici em 1970.

Em 1963 o engenheiro Fernando Belaúnde Terry tomava posse na presidência do Peru. Já fora candidato no ano anterior, mas ficara em terceiro lugar. Um golpe militar desfechado para impedir a ascensão ao poder de uma aliança entre o ex-ditador Manuel Odría (1948-1956) e o líder do APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) Victor Raúl Haya de La Torre, o APRA defendia em suas origens medidas como a reforma agrária, mas no início dos anos 60, as rejeitava, enquanto parte das forças armadas agora sustentava tanto a redistribuição da terra quanto estatizações. Os fardados não permitiram realização do segundo turno das eleições promovendo novas vencidas por Belaúnde. Além de uma limitada reforma agrária, o presidente recém-empossado anunciou a construção da “Carretera Marginal”, que ligaria

vários pontos da Amazônia a outras zonas do país. Era a “conquista do Peru pelos peruanos”, segundo sua expressão. Se no Peru a Amazônia estava meio esquecida após o momento auge da extração do látex das seringueiras, isso não ocorreria mais a partir de Belaúnde. A ditadura reformista de Velasco Alvarado (1968-1975) procuraria extrair recursos dela, bem como os governos que se lhe seguiram, (Figallo, Vergara, 2014, p. 53-55)

Nos dois países, que tem na Amazônia a maioria do seu território uma ideia será fundamental, quando pensamos as burocracias estatais, bem como elites empresariais sejam dos polos mais dinâmicos das economias nacionais, sejam das capitais regionais amazônicas, tanto nos governos militares, como nos períodos neoliberais, ainda que em governos de assinatura progressista: a ideia de que ali existe um “vazio demográfico”. O processo se dá quase como se ninguém jamais tivesse morado na região, beneficiando apenas parcelas das elites regionais, descuidando completamente a vidas de comunidades que vivem na região, salvo quando a resistência se dá de forma extremamente rigorosa, como em alguns momentos no Peru. Tanto as propostas de colonização, para evitar a reforma agrária no Brasil, ou para complementá-la no Peru, quanto os projetos mineiros de nossos dias, não levam em conta as condições locais. O saber local é considerado atrasado, incompatível com o progresso que se busca. Assim não cabe ao local questionar, dizer não, e sim submeter-se a aceitar o que é melhor para ele (Monteiro, 2023, p.35).

Este trabalho divide-se em dois momentos: no primeiro discutiremos as propostas de colonização com pequenos proprietários ensaiadas nos dois países nos anos 1970, durante os regimes empresarial-militar brasileiro e reformista-militar peruano,<sup>1</sup> bem como seus desdobramentos durante as transições para os regimes civis.

Posteriormente avaliaremos o desenvolvimento dos governos neoliberais a partir dos anos 1990, refletindo sobre projetos para a Amazônia e como as populações locais reagiam a eles. Será fundamental nesta análise a noção de território: apoiando-nos nas reflexões de Bernardo Fernandes (2000, p. 45) entendemos território como terra mais modo de vida, ou seja, comunidades que habitam um determinado espaço desenvolvem ali sua maneira de relacionar-se com ele. O que acompanharemos neste trabalho é justamente a disputa acerca de como ocupar e desenvolver um determinado espaço, no caso as Amazôncias brasileira e peruana: onde povos originários, ribeirinhos, posseiros ou pescadores veem o espaço para subsistência, grandes empresas enxergam o lucro e as burocracias de Estado

<sup>1</sup> Utilizamos esta diferenciação, por entender que no Brasil o grande empresariado urbano e rural foi claramente beneficiário da ditadura brasileira, enquanto no Peru, pelo menos a primeira fase do regime (1968-1975), o caráter foi claramente contrário aos interesses das elites econômicas do país.

miram o lugar do exercício de seu poder. São estes confrontos que marcaram, marcam e provavelmente marcarão por muito tempo o processo de ocupação amazônico.

## **Reforma agrária x colonização: regimes militares e a “ocupação” da Amazônia**

Durante o período colonial as Amazôncias brasileira e peruana eram percebidas de formas distintas pelos respectivos conquistadores. Para os portugueses a floresta é uma espécie de substituto para possessões perdidas na Ásia, já que em lugar das especiarias teríamos as drogas do sertão. Já no caso do atual Peru a Amazônia era menos cuidada: não havia ouro ou a prata para explorar, sendo as populações locais resistentes ao processo de conquista, não eram consideradas tão aptas a servirem aos espanhóis. Como consequência, Portugal intensificou a ocupação dos pontos onde fosse possível na região, daí os muitos nomes portugueses em antigas vilas amazônicas. Quanto aos espanhóis, o avanço se deteve no caso da Amazônia peruana após a rebelião de Juan Santos Ataúlfo em 1742, posto que mesmo missões religiosas se esquivaram de atuar nesta conflituosa área (Ribeiro, 2020, p. 113-114).

Após as respectivas independências, as amazôncias seriam inseridas no mercado planetário a partir dos anos 1870, via exploração da seringueira. No Brasil inicialmente indígenas no Pará, mas em especial a partir da seca de 1877 milhares de nordestinos trabalhariam como escravizados nos seringais do Pará, Amazonas, Acre, (arrancado à Bolívia) e mesmo Mato Grosso e a atual Rondônia. Ali os embates pelo território deram-se entre seringueiros a mando dos seringalistas contra populações indígenas nômades, ocorrendo o extermínio de diversos grupos (Souza, 2011, p. 54). Já no caso peruano os povos originários seriam utilizados uns contra outros, como os conibo contra os chipibo, na busca de mão-de-obra para a extração do látex. Um pouco de paz para as populações indígenas sobrevidentes só viria após a Inglaterra, após bem-sucedida ação de “biopirataria”, lançar no mercado mundial o látex plantado nas colônias da Malásia e Sri Lanka. Vale lembrar que o sistema de extração da borracha era uma gigantesca rede de aviamentos, pois se o seringueiro nordestino ou o Asháninka peruano devia permanentemente ao patrão, este também devia às casas bancárias e comerciais.

No período entre guerras a Amazônia peruana foi relegada a um eterno sonho de construção de estradas, salvo no incidente de Letícia em 1932, quando o governo de Sánchez Serro (1931-1933) ensaiou uma retomada da cidade cedida dez anos antes a Colômbia (Ribeiro, 2020, p. 119). Já no Brasil, como vimos, o regime varguista (1930-1945) ensaiaria ações de saneamento do vale Amazônico e projetos de colonização. As histórias

se reencontram no novo ciclo da Borracha, quando ambos os países substituiriam as zonas asiáticas produtoras do látex ocupadas pelo Japão, como fornecedores do gênero para os EUA. Foram de novo nordestinos para os seringais do Amazonas, Acre, Pará e Rondônia, enquanto indígenas peruanos eram escravizados em Loreto.

Após a Segunda Guerra Mundial as amazôncias voltam a ser alvo das burocracias estatais e mesmo de setores empresariais. No Brasil cria-se a Superintendência de valorização econômica da Amazônia em 1953 E a constituição de 1946 reserva uma parte do orçamento para o desenvolvimento. Já na pátria incaica ocorrem dois fenômenos: de um lado fazendeiros cusquenhos e arequipenhos resolvem cultivar produtos na selva alta (região mais baixa que a serra e mais alta que a selva) como cacau, café e chá. Para obter as terras faziam uma espécie de grilagem oficializada: declaravam vazias as terras e pagavam ínfimo preço por elas. Partia-se então para tomar a terra, habitada por povos como Asháninkas e Matsiguengas, que fugiam ante as terríveis condições de trabalho, que seria realizado por colonos trazidos de outras regiões serranas. Foi justamente desta zona de selva alta na província de la Convención, região de Cuzco, que surgiu importante desafio às elites regionais e nacionais: a rebelião liderada, à época, pelo jovem líder trotiskista Hugo Blanco: os arrendatários rebelaram-se, não pagaram mais a renda cobrada em serviços gratuitos e ficaram na terra. Embora Blanco tenha sido preso e outros líderes mortos, o regime militar (1962-1963) reconheceu a reforma feita e elaborou uma lei de bases para a reforma agrária aprovada num resistente parlamento em 1964. Belaúnde pensava que a selva alta deveria ser disponibilizada para a colonização enquanto a baixa para extração de recursos naturais como o petróleo, medidas que ao lado da “*Carretera Marginal*” trariam o desenvolvimento à região. Se a reforma agrária pouco avançou no governo Belaúnde (1963-1968) a tentativa do *Movimiento de Izquierda Revolucionária* de fazer de la Convención a Sierra Maestra peruana, ocorrida em 1965, representou para os militares a clarificação de que era necessário utilizar a reforma como vacina antirrevolucionária. Em La Convención os *miristas* foram derrotados, justamente porque boa parte do campesinato sentia-se satisfeita com a reforma.

Enquanto isso, concessões petrolíferas eram feitas na Amazônia e etnias como a Matzés na província de Maynas, região de Loreto seriam bombardeadas com napalm em 1967.

No Brasil desenvolvia-se no início dos anos 1960 o que Otávio Ianni (1979, p. 47) chamou de “reforma agrária espontânea”. Vindos principalmente de estados nordestinos, milhares de brasileiras e brasileiros instalavam-se em regiões do Pará, do atual Tocantins e Maranhão. Procuravam ali o que Murilo Souza (2011, p. 77), seguindo outros geógrafos, chamaram terra de trabalho. Entretanto, o golpe empresarial-militar de 1964 aceleraria outro

processo que já se desenvolvia em regiões paraenses, onde os castanhais do povo, eram privatizados. Empresários do centro e do sul do país começavam a interessar-se pela região. O Golpe empresarial-militar fora desfechado, entre outras razões, para conter o crescente movimento camponês, que se esparramava pelo país para reivindicar a reforma agrária. O tema não podia ser simplesmente arquivado. Afinal, até os “*policy makers*” dos EUA pensaram que a reforma poderia ser vacina contra a Revolução, já que fora uma das primeiras medidas de Fidel Castro em Cuba. Assim, o Estatuto da Terra fora promulgado oito meses depois do regime instalar-se no poder. Entretanto, progressivamente a noção de que a desapropriação seria a primeira forma de arrecadar terras para a reforma foi sendo substituída pela de modernizar a agropecuária nas áreas tradicionais e estimular a colonização dos ditos espaços vazios. Esta colonização seria pensada de forma que se mostraria contraditória: de um lado se incentivaria a presença de grandes empresas do centro-sul do país e mesmo do exterior, com isenção de impostos e generosas concessões de terras, coisa de milhares de hectares. Vale lembrar que os tamanhos não eram tão fiscalizados assim e sempre se podia avançar (Martins, 1984, p. 43). Entretanto, o processo de busca de camponeses pela terra que já se desenvolvia desde a década de 1950 seria estimulado especialmente a partir de 1969 sob o governo de Emílio Médici. Se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA) brindavam empresários com isenção de impostos e créditos, o governo Médici anunciava em 1970 a construção da rodovia Transamazônica, que ligaria a Paraíba a divisa do Amazonas com a Colômbia e Peru, além da Cuiabá-Santarém, e da Perimetral Norte, estrada que praticamente ficou só no papel, conectando o Amapá a Roraima, via Pará e Amazonas. A ideia seria atrair para região colonos do nordeste, afetados pela seca, bem como gaúchos e paranaenses, que não conseguissem mais acesso à terra, face à crescente modernização da agropecuária. Em Rondônia o processo já se intensificara com a conclusão da Br 364, que unia Cuiabá a Porto Velho: empresas colonizadoras anunciam no Paraná as vantagens de migrar para o então território federal (Souza, 2011, p. 78).

A partir de então a Amazônia brasileira viveu em muitas de suas áreas a disputa sobre o modo de vida no mesmo território. Em Rondônia e Mato Grosso, camponeses trazidos por empresas colonizadoras enfrentavam grupos indígenas isolados ou não. Era a luta entre o modo de vida camponês vindo de outras regiões e dos grupos indígenas, muitos ainda levando vida nômade. Para colonos envolvidos nos PICs, ou PADs,<sup>2</sup> será “fácil”

<sup>2</sup> Pics eram projetos integrados de colonização destinados a cultivadores que receberiam entre 25 e cem hectares de terra visando produzir primeiro para sua subsistência e depois para o incipiente mercado regional. Pads eram projetos de assentamento dirigido onde colonos que tivessem já algum capital atuariam em áreas de duzentos a quinhentos hectares (Souza, 2011, p. 134; Seluchneski, 2008, p. 98).

derrotar os grupos indígenas. Mas a não ser que estivessem com relativo apoio da empresa colonizadora, materializado na presença de prepostos do dono da mesma, como depoimentos mostram em Sinope e Alta Floresta (Mato Grosso) a vida dos colonos era extremamente difícil. Em Rondônia, fora o apoio estatal em Ouro Preto, em projetos como o Gy-Paraná ou Paulo Assis Ribeiro ficariam abandonados à própria sorte. A propaganda oficial no sul do país, mobilizou milhares de colonos, principalmente no Paraná. Muitos já eram descendentes de migrantes e se deslocaram para a Amazônia. Mas os projetos de colonização oficiais ou privados não absorviam toda essa mão-de-obra. Muitos tentavam estabelecer-se como posseiros e mais uma vez a luta pelo território se desenvolvia: a posse aberta, a mata derrubada, enfrentamento de doenças como a malária e, quando se estava para obter a primeira colheita, recebiam a visita de uma parceria público-privada de policiais militares e jagunços de supostos proprietários, que os expulsavam. Muitas vezes em regiões como Pará e Rondônia os enfrentamentos se davam pela via armada.

Neste contexto a única instituição, que poderia prestar algum apoio seria a Igreja Católica em sua feição progressista. A situação ainda piorou depois da eclosão da Guerrilha do Araguaia, momento onde o Partido Comunista do Brasil tentou fazer da região do bico do Papagaio, compreendida entre Pará, Maranhão e Goiás, (atual Tocantins) sua base para desencadear a revolução socialista no Brasil. Derrotada a guerrilha no Araguaia em 1975, O Conselho de Segurança Nacional votou resoluções legitimando a posse de milhares de hectares de terras irregulares em mãos de grandes proprietários, em especial empresa do centro-sul. Para os membros do Conselho, a vacina contra a Revolução não seria o pequeno proprietário, mas a grande empresa que, em tese, modernizaria a sociedade local (Martins, 1984, p. 67).

No mesmo ano do fim da guerrilha do Araguaia, a partir da articulação de bispos como D. Tomás Balduíno de Goiás e D. Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia (Mato Grosso), seria criada a Comissão Pastoral da Terra. A Comissão apoiaria posseiros em suas lutas, especialmente na Amazônia. Isso custaria a vida de padres em Mato Grosso, mas a Pastoral era parte de um movimento mais amplo dentro da Igreja, que questionava cada vez mais o regime empresarial-militar, especialmente após a aprovação do divórcio em 1977. Quando em 1979, no contexto da anistia aprovada no congresso por iniciativa de João Figueiredo, o quinto general-presidente, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) organizou seu Terceiro Congresso, a Comissão Pastoral da Terra, estruturada em quinze regionais, mostrara sua influência. Em 7 de setembro do mesmo ano a CPT apoia as primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul: não era oficial, mas estava nascendo o Movimento dos Sem Terra.

Se no Brasil a colonização na Amazônia era pensada como uma forma de tornar desnecessária a reforma agrária, no Peru a colonização foi vista como um complemento a ela. Isso porque se sabia que as terras serranas em especial não absorveriam a mão-de-obra existente e, por outro lado, após o anúncio brasileiro da construção da Rodovia Transamazônica, os generais do regime liderado por Velasco Alvarado temeram pelo expansionismo verde-amarelo na fronteira.<sup>3</sup>

Deste modo buscou-se estimular projetos de colonização em áreas próximas à fronteira brasileira, como o projeto *Jenaro Herrera* em Loreto, área limítrofe com o estado brasileiro do Amazonas. Entretanto, embora naquele momento não houvesse tantos problemas de disputa pela terra nos projetos de colonização como no Brasil, as dificuldades eram similares: falta de assistência técnica, problemas de saúde, educação, contribuíram para que muitos serranos voltassem para a casa (Martínez, 1990, p. 45).

Outra atitude governamental foi a lei de comunidades nativas que em 1974 reconheceu as terras comunais indígenas aceitando não apenas a posse da terra, mas também o direito aos usos e costumes locais. Entretanto, mesmo o regime velazquista continuava através da Petroperu cedendo áreas a empresas petroleiras, o que teria desdobramentos futuros. Em 1975, Velasco Alvarado foi deposto por Morales Bermúdez, seu ministro da economia. Isso significou a paralisação da reforma agrária já em 1976 e em 1978 a mudança na lei de comunidades nativas: as terras eram reconhecidas como pertencentes a comunidades, mas o subsolo era declarado patrimônio estatal. Estava-se parindo um confronto pelo território: uma petroleira ou mineradora, que identificasse jazidas sob uma terra indígena, poderia requisitar a concessão ao Estado, mas haveria indígenas em cima dela. Estavam lançados os germes de importantes confrontos no século XXI.

Os dois países viveriam uma formidável crise econômica nos anos 1980. No Brasil em meio a lenta abertura política as lutas pela terra pipocavam em diversos pontos do país. Ocupações de terra no centro-sul, organizadas pela CPT, protestos contra a perda de pequenas propriedades rurais pela construção de hidrelétricas como Itaipu no Paraná e na Amazônia a luta dos seringueiros contra projetos pecuários no Acre, no Pará e em Rondônia, confrontos entre posseiros e grileiros com muito mais mortes dos primeiros e umas poucas dos jagunços dos segundos. Em 1984, último ano do regime empresarial-militar, formalizava-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento, que nascera no Rio Grande do Sul, se espalharia por todo país, com gaúchos indo para Pernambuco, paranaenses para Rondônia ou Rio de Janeiro, Pernambucanos

<sup>3</sup> Em quinhentos dias estaria pronta a Transamazônica e o Brasil poderia chegar com muita facilidade ao país vizinho. Actas del Gobierno Militar, 25 de Febrero de 1971.

para o Pará (Fernandes, 2000, p. 168-169). O regime empresarial-militar nascera para, entre outros objetivos, arquivar a questão agrária, mas ela voltava ao final do período. O candidato de oposição, o civil-moderado Tancredo Neves, foi eleito indiretamente, mas morreu antes de tomar posse. Seu vice, José Sarney, manteve a equipe no primeiro ano de governo. O plano Nacional de reforma agrária anunciaava a expropriação de terras não cultivadas, mas também o fim de projetos de colonização privada na Amazônia. A reação proprietária não se fez esperar: não apenas o tradicional latifúndio do nordeste e do centro-sul do país, mas uma gama de empresários que recebera terra quase de graça na Amazônia apoiaria a criação da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que fazia a defesa fundamentalista do direito de propriedade, legitimando com seu discurso de ódio assassinatos de envolvidos com a questão da terra, que não concordassem com seus objetivos. Não era casual que o principal líder da UDR fosse o atual governador de Goiás Ronaldo Caiado. As ações da UDR não se limitaram às milícias particulares, mas também representaram a vitória de uma importante bancada na constituinte de 1987—1988. Como resultado, estabeleceu-se o conceito de propriedade produtiva, que dificultava em muito a realização de uma reforma agrária. Apesar deste contexto adverso o MST cresceu, promovendo ocupações em todo país e ao final de 1989 estava organizado inclusive no distante estado de Rondônia, onde promoveu neste ano sua primeira ocupação bem-sucedida (Fernandes, 2000, p. 165; Souza, 2011, p. 235).

No Peru a década seria marcada também pela crise econômica. No plano agrário, mais diretamente relacionado à Amazônia, o governo procurou liberar áreas para grandes concessões ao exterior, logo nos primeiros dias da segunda presidência de Belaúnde Terry, (fora eleito em 1980, nas primeiras eleições após o regime militar. Embora a reforma agrária velasquista fosse mantida na constituição aprovada em 1979, o crédito que já andava escasso rareou e quanto aos que na Amazônia dedicaram-se a produzir arroz, cacau, café, viram-se às voltas com a política de importação do governo, que desencadeava concorrência vigorosa contra sua produção. Em 1989 ocorreu um protesto em San Martín, e quando já se desmobilizava vinte camponeses seriam assassinados, escapando por pouco o experiente Hugo Blanco. Mas para os amazônicos e andinos do campo haveria outro problema nos anos 1980: o professor de filosofia Abmael Guzmán fundara o Sendero Luminoso em 1969, como dissidência dos maoistas de Pátria Roja. Guzmán desenvolveu um paciente trabalho e iniciou as hostilidades em 1980. Não é nosso objetivo discutir a fundamentalista atuação dos senderistas, que buscavam eliminar tanto policiais e militares, como gente de esquerda, que discordasse deles. Para os limites deste trabalho basta lembrar que os senderistas e mesmo dirigentes do Movimento Revolucionário Tupac

Amarú,<sup>4</sup> viam os camponeses como base de massa, que deveriam obedecer aos ditames do Pensamento-Gonzalo, (nome que Guzmán dava a sua doutrina). “Pode a brasa rebelar-se contra a fogueira?”, refletia o candidato a Mao Tsé-Tung de Lima. Mas a brasa rebelou-se: primeiro na serra as rondas campesinas,<sup>5</sup> tornaram-se um pesadelo para os senderistas. Deslocando-se para áreas selváticas, (muitas regiões no Peru abarcam serra e selva), em muitas comunidades aliaram-se aos colonos contra povos indígenas, que tinham acabado de receber seus títulos. Obrigavam os originários a queimarem os títulos de propriedade fornecidos pelo “Velho Estado”. Mas também os colonos se levantariam contra o Sendero na selva, quando as exigências dos guerrilheiros tornaram-se insuportáveis, já depois de 1992. Na Amazônia o Sendero conseguira controlar a produção de cocaína, cobrando impostos aos traficantes, aliás ainda hoje os brotos, que se identificam como senderistas atuam com o narcotráfico (Zolezzi, 2016, p. 254).

Ao final dos anos 1980, Brasil e Peru encontraram-se com uma hiperinflação que ultrapassava quatro dígitos. Isso facilitou o caminho para os que defendiam a mudança no modelo econômico para um capitalismo mais radical: o neoliberalismo calcado em privatizações e da redução do papel social do Estado na economia, já que grandes proprietários rurais, certos ramos industriais e a mineração não renunciariam a um crédito público. Isso ajuda a entender a vitória de Collor no Brasil e de Fujimori no Peru. Com uma situação agravada pelo conflito civil, a disputa entre dois candidatos neoliberais: o conhecido escritor Mario Vargas Llosa e o desconhecido engenheiro-agrônomo Alberto Fujimori, que sairia vencedor. Uma nova etapa na vida dos dois países ia começar.

### **Neoliberalismo, terra e questão ambiental**

A partir de 1990, Brasil e Peru, assim como Argentina, México, como pioneiramente o Chile governado ditatorialmente por Augusto Pinochet (1973-1990) foram adotando o modelo neoliberal na economia. Resumidamente isso significa adotar por aplicar a doutrina de pensadores como Frederic Von Rayek e Milton Friedman, que sustentavam a necessidade da prevalência do mercado sobre o Estado, à privatização de bens públicos, o fim de legislações trabalhistas e a desregulação das relações econômicas ao máximo que fosse possível. Rayek afirmava a necessidade do enfraquecimento dos sindicatos de

<sup>4</sup> Este movimento foi criado em 1984 e jamais pôde compor com o Senderismo, posto que os maoistas rejeitavam coalizões, ocorrendo cheques armados entre ambas as organizações na selva.

<sup>5</sup> Rondas campesinas são organizações de autodefesa comunais criadas originalmente em Cajamarca para combater roubo de gado. Posteriormente na serra e na selva combateram o Sendero Luminoso e atualmente em muitas zonas do Peru, levantam-se contra a ação de grandes empresas mineradoras (Ribeiro, 2017, p. 189).

trabalhadores, pois o empresário acabava tendo sua atividade muito tolhida num contexto de Estado de bem-estar social (Coletti, 2005, p. 144).

Na América latina, onde o Bem-estar social era, no mínimo, muito imperfeito, criticava-se a ineficiência do Estado e defendia-se a abertura para o capital estrangeiro. No Brasil o modelo foi iniciado com a ascensão de Fernando Collor de Melo e com as primeiras privatizações. Após o impeachment de Collor, seria aprofundado com a adoção do plano Real nos governos Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No que diz respeito à questão agrária tratou-se de abertura para importação de produtos agrícolas, aumentar substancialmente as taxas de juros, restringir o crédito. Os resultados seriam a quebra de pequenos proprietários e desemprego nas grandes fazendas. Estava surgindo a base de massa, que comporia as ocupações de terra, marcando os cinco primeiros anos do governo FHC.<sup>6</sup> Na Amazônia surgiram problemas para o governo Fernando Henrique. Em 9 de agosto de 1995 policiais e jagunços invadiram na madrugada a fazenda Santa Elina em Corumbiara, (Rondônia) para uma reintegração de posse. Neste momento nove camponeses, incluindo uma menina de sete anos, foram abatidos, mas a morte de dois elementos do lado dos policiais, pode caracterizar o evento como um confronto. (Souza, 2011, p. 245) Mas em 1996, no dia 17 de abril, não se pôde classificar como confronto a atuação da Polícia Militar contra 21 sem-terrás, ocorrida em Eldorado dos Carajás (Pará). O Governo FHC teve que assumir o discurso da reforma agrária e na Amazônia alegava-se ter promovido maior número de assentamentos, embora isso não significasse instalar novos colonos, mas em muitos casos regularizar terras já cultivadas (Ribeiro, 2020, p. 126).

Em relação ao meio ambiente, o Rio sediou a conferência das nações unidas para o meio ambiente em 1992 e isso talvez ajude a entender a titulação de terras para os ianomâmis em pleno governo Collor em 1991. O discurso ambientalista associava os indígenas a quem sabe cuidar da terra, que a tem como mãe, a Pacha Mama dos incas. Assim, se no Brasil, ainda que com dificuldades, viva resistência no popularizado mote “é muita terra pra pouco índio”, conseguiu-se durante os anos 1990 avançar na demarcação de terras indígenas. Também a ditadura neoliberal de Fujimori<sup>7</sup> reconheceu muitas comunidades indígenas no Peru durante seu governo. Entretanto, uma bomba-relógio estava montada: ao mesmo tempo que se reconhecia a ocupação da terra, se concedia o

<sup>6</sup> Vale salientar que neste período não só o MST ocupava: surgiam diversos movimentos de luta, pela terra muitos dos quais tinham apenas caráter local, além de organizações à esquerda como o Movimento de Libertação dos sem-terra e mais conservadoras como o Força da Terra, organização ligada à Força Sindical; além disso, sindicatos ligados à Contag também participaram de ocupações neste período.

<sup>7</sup> Fujimori fechou o congresso e a suprema corte em 1992.

subsolo para petroleiras e mineradoras. Fujimori caiu em 2000 e o sucessor Alejandro Toledo (2001-2006) teve o governo marcado pela paralisia política.

No Brasil, a vitória de Lula em 2002 trouxe grandes expectativas em relação à reforma agrária, bem como um maior cuidado com o meio ambiente. No primeiro aspecto, a presença chinesa como grande compradora de produtos agro minerais parece ter desviado o foco estatal, que passou a priorizar o agronegócio. Quanto ao tema ambiental, os embates entre desenvolvimentistas e ambientalistas levariam a derrota de Marina Silva, ambientalista respeitada internacionalmente, com sua saída do governo em 2008. Apesar dos protestos internacionais expressos, por exemplo, no fato de o governador Blairo Maggi de Mato Grosso ganhar a motosserra de ouro do Green Peace em 2005, o agro e a mineração tinham legitimidade social. Não foram poucas as manifestações contra a presença de fiscais do Ibama em diversas regiões do Estado. Os colonos de Sinope ou Alta Floresta, que haviam conseguido se firmar, recordavam que ao chegarem nos anos 1970, eram estimulados a derrubar a mata, vista como uma inimiga a ser vencida e agora se cobrava deles que a tratassesem como mãe (Seluchneski, 2008, p. 142).

Se no Brasil a vitória contra os ambientalistas foi relativamente fácil, o mesmo não se deu no Peru. Alan García, primeiro presidente eleito pelo APRA (1985-1990) voltou ao poder em 2006 e publicou dois polêmicos artigos no jornal *El Comercio* de Lima, órgão das classes dirigentes do país: no primeiro criticava os camponeses selváticos, taxando-os de “*perros del hortelano*,”<sup>8</sup> pois não cultivavam a terra nem deixavam que fosse cultivada. De novo voltamos ao tema do território: cultivar para a subsistência para o presidente, que se suicidaria em 2016, para não ser preso após suposto envolvimento com a corrupção da construtora brasileira Odebrecht, não seria legítimo. Produção só para o mercado e de preferência mercado internacional. No segundo artigo, García dizia que para acabar com a *síndrome del Perro del Hortelano* seria necessário liberar as terras para o investimento nacional e estrangeiro (Ribeiro, 2020, p. 129). Passando das palavras aos atos, o presidente, ganhando do congresso a faculdade de governar por decreto, expediu 102 decretos, que abrindo caminho a um tratado de livre comércio com os EUA, fragilizavam extremamente a posse da terra pelas comunidades amazônicas. Uma simples assembleia comunal poderia vender as terras e uma vez declarada a terra de servidão para a empresa concessionária, ela é que decidiria se e como indenizar. Mas a reação dos povos Awanchu e Wampi não se fez esperar: foram meses de ocupação de estradas em Bagua, culminando no massacre de 5 de junho de 2009, no qual um número não calculado de camponeses foi

---

<sup>8</sup> Cachorro do hortelão, que no Peru é extremamente ofensivo, algo como não transa nem deixa transar.

abatido, mas 24 policiais também morreram. Neste contexto, Alan García vetaria em 2011 o projeto de construção da hidrelétrica Inambari em puno, após massivos protestos, que incluiriam o comércio local.

Quanto ao Brasil, com a ascensão de Dilma Rousseff (2011-2016) a Amazônia continuou sendo vista como espaço complementar à economia nacional. Simbolicamente, seu último ato como presidente foi a inauguração da Hidrelétrica Belo Monte, que expulsara camponeses e povos indígenas do Xingu. Os governos Temer e Bolsonaro seguiriam a mesma trilha, com apoio a projetos como *Belo Sun*, mineradora canadense, que pretende instalar no Xingu o maior projeto de mineração a céu aberto do mundo.

Guilherme Monteiro em sua dissertação de mestrado observa as táticas que a *Belo Sun* no Pará e a mineradora Conga, que visa implantar projetos em Cajamarca no Peru, utilizam: infiltrar pessoas nas comunidades pressionar, obrigando camponeses a vender a terra e tradicional parceria com policiais e políticos locais. No caso peruano existe inclusive a figura do terrorista antimineiro, ou seja, quem tente se opor ao projeto de mineração. No Brasil, o prefeito de senador José Porfírio no Pará impediu ilegalmente a realização de debates a respeito. Como disse Alan García: O Peru é um país mineiro por desígnio de Deus (Monteiro, 2023, p. 45). Deste modo, opor-se à mineração ou a destruição florestal seria nada mais nada menos do que levantar-se contra o Deus abraâmico.

## Conclusão

O que observamos nas páginas acima é mais que uma disputa por terras, mas por territórios. Os projetos para a Amazônia têm sido pensados para enquadrar a região no modo de produção capitalista dependente, mas com muito pouca consideração ao modo de vida local, a não ser o que pensam parcelas das elites dirigentes regionais. Assim, quando o ribeirinho se queixa que houve um “impactozinho”, já que não consegue mais pescar, ou grupos indígenas reivindicam ao menos ser consultados sobre os projetos são etiquetados como atrasados ou a serviço de potências estrangeiras. Dessa forma, questionar o modelo imposto é um sacrilégio que tem condenação immediata. Por outro lado, é difícil explicar para quem vive nestas regiões que tem de deixar sua casa e perder sua terra sem ter nenhum benefício, pois não será empregado na moderna mineração nem vai dirigir uma máquina pesada do agronegócio. Conforme Alberto Acosta, citado por Guilherme Monteiro (2023) é a Maldição da Abundância: a terra rica em recursos conquistada não para os que nela vivem. Em Veias Abertas da América Latina, Eduardo Galeano conta que em 1545 um índio começou a escavar em Potosí e viu a prata: a voz de

dentro da montanha exclamou: “não é para vocês, mas para os que vem de longe”. De fato, a prata passaria pela Espanha e parte dela serviria para equilibrar o comércio europeu com a China. Quinhentos anos depois parece que o império celeste destina-se a receber mais ouro, prata, e agora carne e soja vindos da América Latina; as veias continuam abertas.

**Como citar este artigo:**

**ABNT**

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Amazôncias brasileira e peruana: entre a luta pela terra e a questão ambiental (1960-2020). *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, Niterói, v. 17, n. 1, p. 4-19, jan.-abr. 2025. <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202517101>

**APA**

Ribeiro, V. V. (2025). Amazôncias brasileira e peruana: entre a luta pela terra e a questão ambiental (1960-2020). *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, 17(1), 4-19. <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202517101>

**Copyright:**

Copyright © 2025 Ribeiro, V. V. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2025 Ribeiro, V. V. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

**Editora responsável pelo processo de avaliação:**

Gizlene Neder

## Referências

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1601110>

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Formação e territorialização do MST no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FIGALLO, Miguel; VERGARA, Carla. La Amazonía Peruana Hoy. In: BARRANTES, Roxana; GLAVE, Manuel (org.). *Amazonía peruana y Desarrollo Económico*. Lima: IEP, 2014. p. 47-101.

IANNI, Otavio. *Colonização e contra-reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

MARTÍNEZ, Héctor. *Las colonizaciones selváticas dirigidas en el Perú: antecedentes, actualidad y perspectiva*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1990.

MONTEIRO, Guilherme da Silva. A maldição reluzente: colonialidade e mineração no Brasil e no Peru (1990-2016). 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/417Ilrx>. Acesso em: 20 ago. 2024.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Justiça, resistência e mobilização: autodefesa da comunidade nas Rondas Campesinas peruanas. In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verónica. *Agrarismos: Estudos de história e sociologia do mundo rural contemporâneo*. Rio de Janeiro: Mauad. 2017, p.179-203.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Terra de ninguém? Estado, questões agrárias e movimentos nas Amazôncias brasileira e peruana: do extrativismo ao neoextrativismo passando pelos regimes militares (1850-2009). *Nova Revista Amazônica*, v. 8, n. 1, p. 113-131, 2020. <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v8i1.8623>

SELUCHNESKI, Rosane Duarte Rosa. *De heróis a vilões: imagem e autoimagem dos colonos da Amazônia matogrossense*. 279 f. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. <http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/345730>

SOUZA, Murilo Mendonça de Oliveira. *Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)*. 361 f. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2011.30>

ZOLEZZI, Carlos Enrique Rojas. *Cuando los guerreros hablan: los indígenas campa ashaninka y nomatsiguenga y la guerra contra Sendero Luminoso y el movimiento revolucionario Túpac Amaru en la selva central peruana*. Lima: Horizonte, 2016.